SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 1096/2021-CGP/SEAP BELÉM, 02 DE AGOSTO DE 2021.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 6170/2021-CGP/SEAP, em desfavor do Policial Penal, J.V.G. (M.F.: 5923349), lotado na Central de Triagem Masculina de Santarém, por suposta agressão ao interno ARISSON SÁ PEDROSO (INFOPEN 208026), o que infringiria, em tese, o Art. 177, inciso VI c/c Art. 189, caput, e Art. 190, inciso VII, todos do Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do Pará, conforme relatório de Diligências 093/2021 de 01/07/2021;

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores, VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano (M.F. 5902749) – Presidente, RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 54196889) – Membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 55585599) – Membro;

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 4º – Art. 4º - Classificar o presente processo como de tramitação prioritária, nos termos da PORTARIA Nº 420/2014 – CGP/SEAP.

Art. 5º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais da servidora e a Comissão de Estágio Probatório. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 691355

PORTARIA Nº 1093/2021-CGP/SEAP BELÉM, 05 DE AGOSTO DE 2021.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 6168/2021-CGP/SEAP, em face do Técnico em enfermagem, J.S.S. (M.F.: 5936559), objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional referente à suposta conduta desidiosa ao não formular devidamente a evolução do ex-interno SILVIO NUNES DE SOUZA, (INFOPEN 337305) e pela suposta inobservância ao disposto no Plano de Contingência da Covid-19, elaborado pela própria SEAP, por permitir a movimentação do ex-PPL entre unidades prisionais, mesmo apresentando sintomas indicativos de infecção por Corona Vírus. O que viola, em tese, os arts. 177, inciso IV e VI, art. 189, caput, c/c art. 190, inciso XIX, todos da Lei 5.810/1994-RJU, conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5824/2021;

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores, VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano (M.F. 5902749) – Presidente; RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 54196889) – Membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 55585599) – Membro;

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 6º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcional do servidor e a Comissão de Estágio Probatório. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 691358

PORTARIA Nº 1089/2021-CGP/SEAP BELÉM, 03 DE AGOSTO DE 2021.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 6165/2021-CGP/SEAP, em face da Assistente Social, R.N.S.R. (mat. 54181533), objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional referente à suposta desídia para as informações recebidas na Central de Triagem Metropolitana II, haja vista que tomou posse da informação em tempo hábil para levantamento preciso, entretanto não repassou as informações para esta Corretiva, haja vista haver supostos indícios de inobservâncias aos deveres funcionais por parte desta. Sendo esta conduta falta grave, desse modo, recaído, em tese, nos arts. 177, IV e VI c/c art. 189, caput e art. 190, XIX, todos da Lei nº 5.810/1994-RJU, conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5845/2021;

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores, VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano (M.F. 5902749) – Autoridade Processante, RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 54196889) – Membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 55585599) – Membro;

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcionais da servidora e a Comissão de Estágio Probatório. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 691359

PORTARIA Nº 1088/2021-CGP/SEAP BELÉM, 03 DE AGOSTO DE 2021.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 6164/2021-CGP/SEAP, em face do Policial Penal, T.C.M.C. (mat. 5954365), objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional no que tange a suposta agressão ao PPL ANDERSON CLEITON DE SOUSA GOMES (INFOPEN 150418), custodiado na Central de Triagem Metropolitana II, em razão de haver supostos indícios de inobservância aos deveres funcionais por parte deste. Sendo esta conduta falta grave, recaído, em tese, nos arts. 177, VI c/c art. 189, caput e art. 190, VII, todos da Lei nº 5.810/1994-RJU, conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5845/2021;

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores, VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano (M.F. 5902749) – Autoridade Processante, RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 54196889) – Membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 55585599) – Membro;

Art. 3º - Deliberar que os membros da Comissão tenham dedicação exclusiva, podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida Comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Classificar o presente processo como de tramitação prioritária, nos termos da PORTARIA Nº 420/2014 – CGP/SEAP.

Art. 6º - Comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro nos assentamentos funcional do servidor e a Comissão de Estágio Probatório. DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 691362

PORTARIA Nº 1087/2021-CGP/SEAP BELÉM, 03 DE AGOSTO DE 2021.

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei Estadual nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 6163/2021-CGP/SEAP, em face dos servidores A.S. (mat. 57211906), Agente Penitenciário, e T.C.M.C. (mat. 5954365), Policial Penal, objetivando apurar a responsabilidade administrativa e/ou funcional no que tange a suposta agressão ao PPL WILLIAM CARVALHO DA SILVA, (INFOPEN 133101), custodiado na Central de Triagem Metropolitana II, em 29/07/2020, em razão de haver supostos indícios de inobservância aos deveres funcionais por parte destes. Sendo esta conduta falta grave, recaído, em tese, nos arts. 177, VI c/c art. 189, caput e art. 190, VII, todos da Lei nº 5.810/1994-RJU, conforme decisão da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5845/2021;

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores, VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano (M.F. 5902749) – Autoridade Processante, RODRIGO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 54196889) – Membro; e BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSA, (M.F. 55585599) – Membro;